



Ulysses é cogitado para a presidência da Câmara novamente

Mesas já agitam lideranças

Os partidos no Congresso já começam a se movimentar, de olho na renovação das Mesas da Câmara e Senado, no ano que vem. O prêmio do ganhador é a condução dos trabalhos legislativos que deverão ocorrer por conta da revisão constitucional, prevista para se iniciar a partir de 5 de outubro de 93. A disputa poderá ficar mais acirrada no Senado, se prevalecer a tese de que o Congresso não deverá se reunir unicamente, como aconteceu durante a assembleia constituinte em 88.

Na Câmara, em função da indefinição na interpretação, muitos políticos já advogam a recondução do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) à Presidência da Casa, na expectativa de que volte a repetir a antiga performance de presidente da Constituinte, de caráter unicameral.

A questão, porém, só será resolvida depois da realização do plebiscito que define a forma e o sistema de governo, prevê o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), ao observar que a confusão deverá ficar ainda maior. É que ao lado dessas discussões, há ainda uma outra tese — esta defendida pelo jurista Geraldo Ataliba — que entende que a revisão deverá apenas se circunscrever a alterações relativas à forma e ao sistema de governo (o que será feito através dos votos da maioria absoluta — metade mais um). Os outros temas ficariam restritos à regra do quorum privilegiado, que representa a aprovação da matéria por três quintos dos parlamentares de cada Casa.

Atração

A atração cada vez mais crescente que a Presidência da Mesa tem exercido pelos partidos, em função da possibilidade de o Senado ser o condutor dos trabalhos, tem sido um dos ingredientes para que os governistas se articulem na Casa, procurando formar um bloco. Um dos alvos é justamente a Mesa. Com maioria na Casa, poderiam tirar a primazia do PMDB que tem a maior bancada individual (27 senadores). Os governistas, sozinhos, divididos por suas bancadas, não poderiam levar separados o troféu, pois o PFL, governista, é segunda maior bancada, reúne apenas 17 parlamentares. O bloco, ao contrário, reuniria 38 governistas.

Preocupado com essa situação, Benevides, que desaconselha a estratégia de atuação via blocos porque prejudica o processo legislativo em decorrência da radicalização de forças, entre outros motivos, especula que, se de fato for formalizado o bloco governista, o acordo realizado entre os partidos para definição de cargos na Comissão Mista de Orçamento também poderá se romper.

Esse quadro terá que ser definido até o próximo 15 de março, quando deverão ser designados os novos presidentes e relator. Pelo acordo, esses cargos couberam esse ano, respectivamente, ao PMDB do Senado e ao bloco governista da Câmara. Em função do rodízio, deve haver uma inversão, cabendo a um deputado do governo, a presidência e a um senador do PMDB, a relatoria. Este último posto é, na verdade, o mais importante.